

ATUALIZAR *a* HISTÓRIA

UMA NOVA VISÃO SOBRE
O PASSADO DE PORTUGAL



A CARREGAR

Organização de
PAULO M. DIAS
e **ROGER LEE DE JESUS**

• AUTORES DO PODCAST FALANDO DE HISTÓRIA •

?

!



A

AGRICULTURA

E A QUESTÃO

DA TERRA

NO

ESTADO NOVO:

PROGRESSO

OU ATRASO?



Leonardo Aboim Pires



Doutorando em Ciências da Sustentabilidade pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com uma bolsa da FCT. Investigador no CEIS20 da Universidade de Coimbra.

A sua investigação incide na história económica e das instituições, na história da agricultura contemporânea e do corporativismo salazarista.

Colaborou em obras coletivas e publicou em várias revistas nacionais e estrangeiras, como *Ler História*, *Historia Agraria* e *Revista Portuguesa de História*.

◆ ◆ ◆ ◆ ◆

Beber vinho é dar o pão a um milhão de portugueses. O trigo é a fronteira que melhor nos defende. Capoeira povoada, riqueza amealhada. São estas frases que ainda ecoam num certo imaginário coletivo quando se abordam temáticas agrícolas e cujas origens remontam ao Estado Novo (1933-1974). Quando este regime surgiu, existia em Portugal uma agricultura de tipo familiar, pouco produtiva e voltada para o autoconsumo. Entre os produtos com maior peso económico estavam os vinhos, a cortiça, as frutas e os resinosos. Ao nível da propriedade surgia uma nítida diferenciação: no Norte prevaleciam as pequenas parcelas (minifúndio) e no Sul destacavam-se os grandes patrimónios fundiários (latifúndio), suportados pelo trabalho assalariado, exercido de forma precária e mal remunerado. Em todo o mundo rural a carência quantitativa e qualitativa de produtos alimentares era constante, como em Alijó, onde, no início dos anos 30, a «fome bate [em] muitos lares agravando tenebrosa situação»³⁵. Diante do panorama exposto, de que modo a política agrária foi concretizada durante o autoritarismo? Quais as continuidades e as mudanças? Que (in)certezas estiveram no centro das decisões tomadas? Nas próximas páginas serão dadas as respostas a estas questões.

Durante a ditadura militar (1926-1933), a procura da autarcia, isto é, garantir a autossuficiência do país em géneros alimentares sem necessidade de recorrer a importações, foi um dos pontos-chave que o regime procurou desenvolver e materializar. O expoente máximo foi a Campanha do Trigo, iniciada em 1929 e inspirada na experiência da Itália fascista (1922-1943), governada por Mussolini. Tratava-se de realizar uma velha aspiração: conseguir a independência cerealífera, um problema crónico que as leis protecionistas publicadas em 1889 e 1899 tentaram aquietar. A consequência mais evidente foi o aumento da produção de cereais, o que conduziu a uma

³⁵ ANTT, Ministério do Comércio e Indústria, Gabinete do Ministro, cx. 7, pt. 2, processo n.º 13.

situação de sobreprodução, criando dificuldades no escoamento dos excedentes a nível interno, o que se manteve até 1936. Também o preço do trigo nacional, controlado pelo governo, era superior ao dos mercados internacionais, ou seja, a exportação só era viável à custa de elevadas despesas, prejudicando os pequenos agricultores.

Apesar da propaganda feita pelo regime, os resultados ambientais da Campanha do Trigo contradiziam a retórica política. A cultura do trigo foi praticada intensivamente em terras impróprias, agravando a erosão dos solos. Este processo de destruição da floresta mediterrânica³⁶ e de arroteamento dos terrenos baldios³⁷, processo iniciado ainda no século XVII, foi intensificado pela política salazarista. As consequências ainda hoje se fazem sentir. Ainda que existam outras causas para a atual situação de desertificação, como técnicas culturais malconduzidas, sobrepastoreio ou plantação de eucaliptos, a Campanha do Trigo contribuiu para diminuir a fertilidade dos solos aráveis, patente na baixa capacidade de retenção de água e na fraca produtividade de alguns terrenos. Para concluir, a ideia do Alentejo como o «celeiro de Portugal» não passou de uma imagem mitificada, um paradigma agrícola que não permitiu olhar para o verdadeiro alcance de outras opções económicas mais benignas do ponto de vista dos ecossistemas.

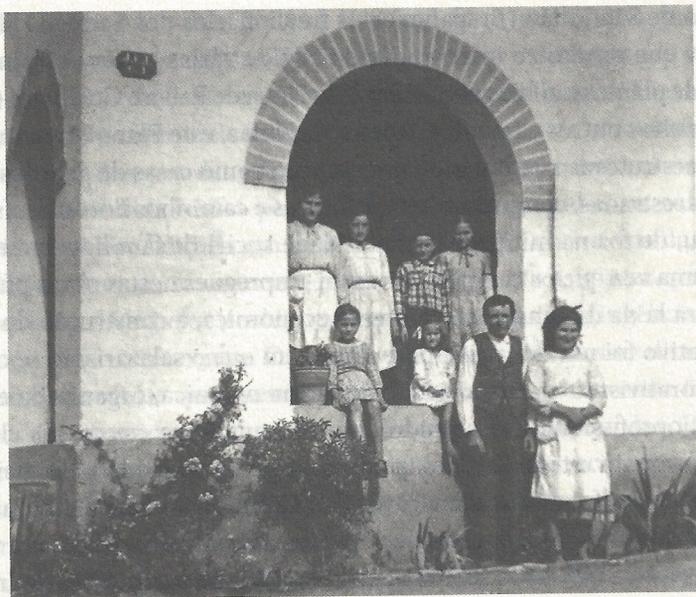
Com Rafael Duque como ministro da Agricultura, entre 1934 e 1940, a aposta governativa partiu da execução de um conjunto de medidas que procuraram dar corpo às ideias que encontravam a sua inspiração em propostas defendidas no final do século XIX. No âmbito das iniciativas tomadas três se destacam: a hidráulica agrícola, a colonização interna e o povoamento florestal. Sobre o primeiro projeto, para a reforma estrutural da agricultura presumia-se que os trabalhos da terra necessitariam de mais água, cuja captação e regulação da distribuição eram necessárias. O Estado ficou responsável pelo estudo e execução de obras de fomento hidroagrícola, instituindo o Plano de Obras de Hidráulica Agrícola, em 1938, que incluía 20 empreendimentos. Cerca de 56 mil hectares (dos 106 mil previstos) foram intervencionados, distribuindo-se por pequenos perímetros de rega em todo o país, estando o maior localizado no vale do Sado. Algumas culturas, como as do arroz, do tomate e do milho, beneficiaram destes investimentos públicos que contribuíram para a sua expansão e o aumento

³⁶ Entre as espécies de árvores mais frequentes deste ecossistema estão a azinheira, o sobreiro, o carvalho-cerquinho, o zambujeiro e a alfarrobeira.

³⁷ Terrenos incultos de uso comum para a atividade agroflorestal ou silvopastoril. Considerados como propriedade pública, são geridos pelas comunidades locais segundo os seus próprios usos e costumes.

das exportações. Só em 1957 é que foi lançado um programa igualmente ambicioso: o Plano de Rega do Alentejo, onde se insere a construção da barragem de Alqueva, inaugurada em 2002.

Por sua vez, a colonização interna, também inspirada pelo fascismo italiano, pretendia um uso intensivo dos terrenos disponíveis em zonas pouco povoadas para a instalação de um maior número de famílias em pequenas propriedades. Por intermédio da Junta de Colonização Interna, criada em 1936, foi com este cenário de base que se deu expressão à criação das colónias. Os candidatos a colonos tinham de cumprir um conjunto de requisitos. Deviam ser homens até aos 30 anos, chefes de família, obrigatoriamente casados e com filhos, residentes nas freguesias próximas da colónia e portadores de certificados de idoneidade moral e dos antecedentes profissionais. Mas esta iniciativa de povoamento territorial viu a ambição original fracassada. Foram criadas apenas sete, quase todas no Centro e Norte: Milagres (Leiria)³⁸, Martim Rei (Sabugal), Gafanha da Nazaré (Ílhavo), Santo Isidro de Pegões (Montijo), Barroso (Montalegre/Boticas), Alvão (Vila Pouca de Aguiar) e Boalhosa (Paredes de Coura).



Família na Colónia Agrícola dos Milagres

(Fonte: *Colonização Interna*, Lisboa, Edições SNI, 1945, p. 104).

³⁸ Ainda no final da Primeira República, em 1925, foi realizado um ensaio de colonização nesta localidade.

constituem, imputando ao conjunto da população a atitude política das elites, não constitui uma base verosímil para uma análise. A Segunda Guerra Mundial demonstrou isso mesmo. A persistência das desigualdades e da fome gerou focos de conflituosidade. Em todos os distritos deram-se motins, greves, marchas, concentrações e outras formas de luta. Vejamos alguns casos concretos. Entre 1941 e 1942, os habitantes de muitas localidades de Braga, Aveiro e Porto revoltaram-se contra a saída de milho e outros cereais. Em 1944, em Lisboa, deram-se manifestações de mulheres contra a falta de pão e, nesse mesmo ano, os habitantes de Pouso e Milagres (Leiria) assaltaram o Grémio da Lavoura e fizeram eles próprios a distribuição de géneros. Já em 1945, os assalariados rurais de Mirandela efetuaram uma greve, de que resultaram confrontos com a GNR. A ideia de uma inabalável paz social nos campos foi questionada em toda a linha, com episódios demonstrativos de uma relação conflitual entre centro e periferia e cuja resposta foi a repressão. Acontecimentos idênticos ocorreriam nos anos seguintes, sendo o mais relevante a luta e conquista das oito horas diárias de trabalho, em 1962, após greves e manifestações dos assalariados rurais no Ribatejo e Alentejo, onde a influência do PCP foi determinante.

Com o fim da guerra iniciar-se-ia um ciclo de desenvolvimento, comungando do clima de prosperidade que marcou a conjuntura internacional. Isso é demonstrado pelo uso da ajuda financeira norte-americana do Plano Marshall, a que Portugal aderiu em 1948, em campanhas e estudos sobre produção de frutas, de trigos de inverno⁴⁰ e de milhos híbridos⁴¹, melhoramento de pastagens e mecanização, entre outros temas, demonstrando a transferência de conhecimento e tecnologia e a abertura dos agrónomos portugueses à ciência internacional. Este foi um período que integrou mudanças estruturais e as elites governativas defendiam que «com um desenvolvimento industrial acelerado e a conseqüente elevação dos rendimentos do sector, crescerá a procura de produtos agrícolas, o que encorajará o agricultor a adotar técnicas melhoradas» e «a diminuição da mão de obra levará a aumentar a mecanização»⁴². Contudo, são assinaláveis

⁴⁰ Trigo semeado no outono, logo após as primeiras chuvas, para a colheita no verão, desenvolvendo-se a fase vegetativa no inverno.

⁴¹ Milho obtido através do melhoramento genético. Existem três categorias: o simples, resultado do cruzamento entre duas linhagens puras e é o mais usado pois apresenta uma maior produtividade; o duplo, que cruza dois híbridos simples; e o triplo, obtido através de uma linhagem pura e de um híbrido simples.

⁴² ANTT, Arquivo Salazar, EC-22, cx. 83, capilha 16, fl. 679.

poderosos fatores de resistência que, persistindo nos corredores do poder, condicionariam negativamente o ritmo e o alcance das transformações modernizadoras.

Apesar da convergência com a Europa, que se fez sentir sobretudo a partir dos anos 60, com a liberalização das trocas comerciais, padrões mais exigentes de produção e o aumento da quantidade e qualidade das exportações, o crescimento económico não invalidou o declínio do sector primário. A contribuição da agricultura para o Produto Interno Bruto (PIB) passou de 38,9%, entre 1950-60, para 29,8%, entre 1960-70. Múltiplas causas concorriam para isso, como o atraso tecnológico, a emigração, a saída para as cidades, saldando-se na falta da mão de obra nos campos (entre 1960 e 1974, a população ativa agrícola teve uma diminuição de 43%) e na retração da superfície semeada anualmente. Não é estranho que em diversas reflexões de múltiplas origens o diagnóstico feito fosse igual: a agricultura portuguesa encontrava-se estagnada e em crise.

Mas a ausência da força de trabalho levou a que, em algumas regiões, tenha ocorrido uma subida global dos salários (quase três vezes, de 1962 a 1972) e das taxas de produtividade. O aumento das remessas de emigrantes, ou seja, a transferência regular de remunerações efetuadas pelos emigrantes portugueses para os seus familiares, provenientes do trabalho em países como França, Luxemburgo ou Alemanha, permitiu que essas quantias fossem investidas na melhoria das condições de vida. O modelo químico-mecânico teve uma maior difusão nos campos, através da crescente utilização de adubos e do investimento em melhorias tecnológicas, o que também era possível através do crédito fornecido ao abrigo da Lei de Melhoramentos Agrícolas de 1946. De acordo com as *Estatísticas Agrícolas*, o número de tratores em Portugal continental, em 1952, era de 5760; dez anos mais tarde, o número chegava aos 23 612.

O debate sobre qual o modelo económico adequado às características do país levou à consolidação de um movimento defensor do progresso assente na industrialização. Segundo Ulisses Cortês, ministro da Economia entre 1950 e 1958, «há que libertar trabalhadores da actividade agrícola e assegurar-lhes ocupação industrial mas há também que reorganizar alguns sectores fabris através de uma mais conveniente estruturação das unidades industriais ineficientes»⁴³. É neste contexto que, além dos Planos de Fomento, iniciados em 1953, outras ações tentaram conciliar o desenvolvimento agrícola com o industrial.

⁴³ ANTT, Arquivo Salazar, CP-73, cx. 930, fl. 66.

O Plano de Fomento Pecuário (1962) contribuiu para a reconversão da criação e tratamento de gado, subsidiando e melhorando a produção de carne, leite, forragens e rações, ainda que tenha beneficiado sobretudo as grandes explorações agrícolas. Por seu turno, o Plano de Fomento Frutícola (1962) conseguiu plantar pomares em todo o país, do Oeste a Trás-os-Montes, promovendo a construção de cooperativas e estações fruteiras, equipadas com armazéns frigoríficos. Nestas duas áreas de produção agrícola, a relação entre indústria e agricultura revelou-se, de uma forma geral, positiva.



Sacha da batata na Quinta da Caneca (Fundão)

(Fonte: *Lavoura Portuguesa*, ano 47.º, n.º 78, junho de 1959).

TODAVIA, OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS MANTINHAM-SE E NÃO VIRAM UMA resolução clara. A divisão da propriedade seria um dos grandes dilemas pois o desenvolvimento industrial dependia de uma mudança significativa nas relações estabelecidas entre a estrutura da produção agrícola e os mercados. Qual a razão para tal situação? A prioridade conferida aos fatores políticos em detrimento dos económicos constituiu a norma, ou seja, para a ditadura era necessário preservar a base social de apoio do salazarismo a todo o custo, mesmo que implicasse relativizar os impulsos de modernização. Deste modo, o que ocorria era que, quando as políticas públicas eram formuladas, o peso das elites agrárias surgia inequivocamente. O Plano de Rega do Alentejo contou com a oposição frontal dos grandes proprietários, afirmando que o regadio não era conveniente para os interesses económicos locais, como publicamente demonstrou a Associação Central de Agricultura Portuguesa. Em 1962, perante a discussão da lei do emparcelamento rural que também atingia a região alentejana, os latifundiários exerceram tal pressão que o projeto governativo acabou mitigado nos seus principais intentos.

Em 1969 foi criado o Fundo Especial de Reestruturação Fundiária para, através de apoio financeiro, realizar melhoramentos agrícolas e responder às deficiências da estrutura fundiária, mas o panorama não se modificaria até à Revolução dos Cravos, em 1974. Assistiu-se a uma industrialização sem reforma agrária, considerando alguns, como Rafael Duque, «a propriedade [como] instituição de direito natural, com as limitações derivadas da sua função social ou determinadas pelo interesse público»⁴⁴. Em muitos casos, interesse público confundia-se com o interesse das elites.

Outras continuidades contribuíram para a estagnação da agricultura. Em muitos casos a organização corporativa tinha uma gestão ineficaz e com os recursos muito limitados. Em 1951, na Casa do Povo de Carapeços (Barcelos), um funcionário era, simultaneamente, «escriturário, cobrador e enfermeiro, mas ocupava-se mais em beber copos de vinho pelas tabernas, do que com os serviços que tinha a seu cargo»⁴⁵. Em Loulé, «para concessão de farelo aos sócios do Grémio [da Lavoura], é uma vergonha, pois que só se obtém por meio de gorjeta»⁴⁶. O posto médico da Casa do Povo de Oledo (Idanha-a-Nova) estava «deficientemente apetrechado. As restantes instalações, embora acanhadas e com

⁴⁴ ANTT, Arquivo Salazar, CP-100, cx. 957, fl. 373.

⁴⁵ ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 75A, proc. 5, fl. 12.

⁴⁶ ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 135, proc. 4, fl. 140.

mobiliário pobre, satisfazem sofrivelmente ao fim em vista»⁴⁷. Sobre este último aspeto da assistência, só em 1969, já com Marcello Caetano como presidente do Conselho de Ministros, é que o esquema de proteção social vigente foi alargado aos trabalhadores rurais, garantindo às famílias um complemento económico.

Perante o que tem vindo a ser referido, qual o balanço final da política agrária do regime autoritário? Globalmente, será melhor referir a existência de políticas sectoriais e não de uma política agrária verdadeiramente coesa. Enquanto alguns produtos foram apoiados, outros foram relegados para um plano secundário, agravando os problemas e originando situações de superprodução como nos casos do vinho ou da batata. A rutura do equilíbrio entre a oferta da produção agrícola e a procura de bens alimentares em meio urbano foi também notória. Existiam queixumes dos habitantes de Lisboa ou do Porto sobre os altos preços das frutas ou do leite e os pequenos produtores contestavam os subsídios dados pelo governo para o alargamento das culturas, considerados como insuficientes.

Na fase final do regime diminuiu fortemente o trabalho familiar e o subemprego foi absorvido. A escassez de mão-de-obra levou à transformação tecnológica da agricultura familiar acentuando-se a relação com o mercado e com a indústria. Ainda assim, perante a difícil mobilidade social e o insustentável peso de um duro e rotineiro trabalho, milhares de pessoas saíram das aldeias para fugir ao atraso e em busca de uma vida melhor, dirigindo-se para as cidades do litoral ou para o estrangeiro. Esta é a imagem de um país agrícola em que conviviam dois sistemas: de um lado, locais em que imperava a estagnação arcaizante; do outro, focos de modernização e de progressiva capitalização das explorações agrícolas. Foi esta a base sobre a qual a atividade do sector primário esteve alicerçada nos derradeiros anos da ditadura.

SUGESTÕES DE LEITURA

- Fernando Oliveira BAPTISTA — *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Afrontamento, 1993.
- Dulce FREIRE, Inês FONSECA e Paula GODINHO (coord.) — *Mundo Rural: Transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

⁴⁷ ANTT, Inspeção dos Organismos Corporativos, cx. 82A, proc. 5, fl. 22.

- Dulce FREIRE — *Produzir e Beber: A questão do vinho no Estado Novo (1929-1939)*. Lisboa: Âncora Editora, 2010.
- Álvaro GARRIDO — «Um Retrato da Sociedade Portuguesa no Salazarismo, 1930-1960», in António Costa PINTO e Nuno Gonçalo MONTEIRO (eds.) — *História Social Contemporânea: Portugal, 1808-2000*. Lisboa: Objectiva, 2020, pp. 175-214.
- Leonardo Aboim PIRES — *A Junta Nacional das Frutas: Corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)*. Lisboa: FCSH/UNL, 2018.

ESTARÁ ~ A ~ HISTÓRIA DESATUALIZADA?



A resposta a esta questão é sim, se considerarmos a História como conhecimento histórico, como resultado do estudo e da investigação sobre o passado. A análise de novas fontes, perspetivas e abordagens permite redefinir o conhecimento que temos, apesar de muitos mitos e ideias da História de Portugal continuarem a ser repetidos e permanecerem no imaginário popular.

Neste sentido, o objetivo deste livro é o de atualizar muitas destas ideias, desmontando, dentro do possível, alguns destes mitos. Tomando por base 29 temas da História de Portugal, desde Viriato até ao legado da memória do império colonial, 28 autores procuraram redefinir aquilo que sabemos sobre estes assuntos. Um livro para quem quer perceber os vários aspetos de uma História longa e complexa, e não tanto os muitos e longos debates académicos que existem sobre cada assunto.



DESASSOSSEGO
LIVROS PARA PENSAR

ISBN: 978-989-9033-69-6



9 789899 033696

História